**Missionaridade: Propósito de Deus para o reconhecimento do homem**

**- Parte VI -**

*Dom José da Santa Cruz[[1]](#footnote-1)*

**3. O Grande Desafio da Igreja Missionária (cont.)**

* **Responsabilidade social**

Efetivamente, Cristo veio para salvar o homem real e concreto, que vive na história e na comunidade, e, portanto, o cristianismo e a Igreja tiveram desde o início uma dimensão e um valor também públicos. Aos relacionamentos entre religião e política, Jesus Cristo ofereceu uma novidade substancial, que abriu o caminho para um mundo mais humano e mais livre, através da distinção e da autonomia recíproca entre o Estado e a Igreja, entre o que é de César e o que é de Deus (cf. Mt 22,21). A própria liberdade religiosa, que sentimos como um valor universal, particularmente necessário no mundo de hoje, encontra aqui sua raiz histórica. Portanto, a Igreja não é e não tenciona ser um agente político. Ao mesmo tempo, tem um profundo interesse pelo bem da comunidade política, cuja alma é a justiça, e oferece-lhe a um nível duplo a sua contribuição específica. De fato, a fé cristã purifica a razão e ajuda-a a ser melhor ela mesma. A Igreja contribui para fazer com que aquilo que é justo possa ser eficazmente reconhecido e em seguida também realizado. Com esta finalidade, são claramente indispensáveis as energias morais e espirituais, que permitem antepor as exigências da justiça aos interesses pessoais, ou de uma categoria social, ou até de um estado: aqui apresenta-se de novo para a Igreja um espaço muito amplo, para arraigar estas energias nas consciências, alimentá-las e fortalecê-las. A tarefa imediata de agir no âmbito político, para construir uma ordem justa na sociedade, não pertence, portanto, à Igreja como tal, mas aos fiéis leigos, que agem como cidadãos sob a sua própria responsabilidade: trata-se de uma tarefa da maior importância, à qual os cristãos leigos são chamados a dedicar-se com generosidade e coragem, iluminados pela fé e pelo magistério da Igreja e animados pela caridade de Cristo.

Hoje, uma atenção especial e um compromisso extraordinário são exigidos daqueles grandes desafios em que vastas porções da família humana estão em maior perigo: as guerras e o terrorismo, a fome e a sede, e algumas epidemias terríveis. Mas, é necessário também enfrentar, com iguais determinação e clareza de intenções, o risco de opções políticas e legislativas que contradizem valores fundamentais e princípios antropológicos e éticos radicados na natureza do ser humano, de modo particular no que se refere à tutela da vida humana em todas as suas fases, desde a concepção até a morte natural, e à promoção da família. Sem dúvida, este compromisso, este testemunho faz parte daquele grande “sim” que, como crentes em Cristo, dizemos ao homem amado por Deus.

Nossa evangelização visa tirar o homem do mundo, mas nos esquecemos que devemos devolvê-lo ao mundo, transformado, com novas convicções e novos padrões. Este pensamento transparece em toda carta de Paulo aos Efésios, no qual mostra aos seus leitores que a nova vida que eles receberam em Cristo (capítulos 1,2 e 3), os obriga a uma nova conduta perante a sociedade (capítulos 4,5 e 6). Isto significa que a Igreja deve repensar sua atuação na sociedade, como instrumento de transformação da realidade social que a cerca.

Há cristãos que pregam um evangelho espiritualizante, sem se preocupar nem se envolver com questões sociais, acreditando que o ato simplista de aceitar Jesus resolverá todos os problemas do indivíduo. Há os que pregam um evangelho social, que se preocupa com os problemas materiais e omite a necessidade de uma conversão verdadeira, que transforme a natureza do homem. Por fim, há aqueles que entendem que o evangelho modifica o homem em sua natureza, através da verdadeira conversão, para que este possa influenciar positivamente o mundo.

Desejamos ser Igreja que fale à alma sem se esquecer do corpo, e que cuide dos problemas sociais que afligem o homem sem perder de vista a grave realidade espiritual que o escraviza.

Hoje, vemos a grande maioria das Igrejas e crentes, individualmente demostrar preocupação social através da oração pelos problemas sociais que afligem o mundo. Esta preocupação é legítima e incentivada na Bíblia (1Tm 2,1-3). Bem menor, porém, é o número de Igrejas e crentes que desenvolvem algum tipo de serviço social. Este serviço também é incentivado e acha apoio, principalmente no exemplo dos primeiros cristãos (At 9,36; 1Co 16, 1-3).

O maior problema hoje, entretanto, está na ação social. Muito raro ver Igrejas ou cristãos verdadeiramente envolvidos numa ação social. Em geral, a Igreja se omite e até mesmo desencoraja seus membros acerca de envolvimentos em causas políticas que visem modificar ou mesmo derrubar estruturas injustas. No entanto, esta atitude também está presente na Palavra. Muitos servos do Senhor no passado estiveram envolvidos em ação social, confrontando governantes, ou mesmo se rebelando contra governos injustos.

Como Igreja, somos chamados, não apenas a desenvolver uma preocupação social e a prestar serviços sociais, mas também para uma ação efetiva. Há vários fatores que impedem o bom desempenho da Igreja no desenvolvimento da ação social, que vão desde a falta de compromisso dos crentes, até a falta de conversão verdadeira.

Temos, pois, uma missão diante da família, da Igreja e da sociedade. O objetivo deverá ser sempre servir ao Senhor com integridade de alma, dispor de tudo o que somos e temos ao seu serviço.

1. Abade da Fraternidade Monástica Imaculada Conceição [↑](#footnote-ref-1)